

FUNDOS ESPECIAIS DO BNDE

Com vistas a dinamizar e ampliar sua ação financiadora na promoção do desenvolvimento econômico do País, o BNDE passou a exercer, desde 1965, novas modalidades de financiamento, compreendidas na operação de Fundos especiais destinados a atender às necessidades de recursos de importantes setores da economia nacional.

A fim de tornar mais conhecidas as finalidades e os métodos operacionais dos re-

feridos Fundos, resumem-se, em seguida, as informações básicas referentes ao "Programa de Financiamento às Pequenas e Médias Empresas (FIPEME)", "Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC)" e "Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP)". Informações mais detalhadas poderão ser obtidas diretamente junto ao BNDE.

A — PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS — FIPEME

1. Atos Normativos

Resolução n.º 166/65, do Conselho de Administração do BNDE, e Resoluções posteriores.

2. Natureza dos Recursos

Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID (empréstimo de US\$ 27 milhões, estando em fase de negociação um segundo empréstimo no valor de US\$ 25 milhões); Kreditanstalt für Wiederaufbau (DM 27 milhões); BNDE; Agentes Financeiros do FIPEME.

3. Finalidade do Financiamento

Implantação ou expansão de pequenas e médias indústrias, compreendendo: a) aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional; b) importação de máquinas e equipamentos; c) despesas de montagem e instalações; d) obras de construção civil. Excluem-se dos financiamentos: a) capital de giro (inclusive aquisição de

matérias-primas); b) financiamento de dívida.

4. Beneficiários

Indústrias cujo ativo fixo atinja até Cr\$ 11 bilhões e, excepcionalmente, Cr\$ 16 bilhões (indústria de exportação ou de marcado interesse regional).

5. Enquadramento

Estão arroladas entre as atividades enquadráveis para fins de financiamento pelo FIPEME: indústrias mecânica; metalúrgica; de material elétrico e de comunicações; química e farmacêutica; de fertilizantes e corretivos; de inseticidas e fungicidas; de papel e papelão; de alimentação (inclusive conservas e pesca em escala industrial); de couros e peles; de artefatos de borracha e plásticos; de calçados e vestuário; de mobiliário; gráfica; produção de celulose; industrialização de madeiras; exploração e transformação de minerais (inclusive cerâmica etc);

industrialização de fibras vegetais; indústrias de exportação; empresas de montagem e construção industrial; têxtil (setor algodão) somente para substituição, modernização e complementação de equipamentos; demais setores, inclusive instalação ou ampliação e produção de aves em âmbito granjeiro. Excluem-se do enquadramento as atividades ligadas à industrialização de café, açúcar, banana e cacau.

6. Limite das Operações

O limite máximo dos financiamentos do FIPEME é de US\$ 500 mil ou seu equivalente em cruzeiros, podendo alcançar excepcionalmente até US\$ 1 milhão, sob consulta.

Quando concedido diretamente pelo BNDE (FIPEME), o limite percentual do financiamento é de até 60% do valor do investimento global; dos 40% restantes, pelo menos 20% devem ser inversão de recursos próprios da empresa beneficiada pela operação. Nos casos de repasse a Agentes Financeiros do FIPEME, os limites serão de até 50% pelo FIPEME, até 30% pelo Agente e, no mínimo, 20% pela empresa financiada.

7. Prazo para Resgate e Carência

Normalmente até 4 anos, inclusive o período de carência, podendo atingir até 6 anos em casos excepcionais.

8. Juros e Encargos

Para importação de máquinas e equipamentos são cobrados juros de 8% ao

ano (risco de câmbio por conta do beneficiado). Nas operações em cruzeiros os juros são de 12% ao ano, mais correção monetária de até 14% ao ano, no máximo. Em todas as operações são cobradas: Comissão de Abertura paga na contratação, equivalente a 1% sobre o financiamento concedido e Taxa de Fiscalização de 0,25% por semestre, sobre o saldo devedor.

9. Garantias Exigidas

Hipoteca de conjunto industrial; hipoteca de imóvel (inclusive de terceiros); penhor industrial; alienação fiduciária em garantia; fiança outorgada por diretores ou sócios majoritários; caução de ações etc.

10. Exigência de Projeto

Para pedidos de financiamento até o montante de Cr\$ 250 milhões o FIPEME exige tão-somente o preenchimento de formulário próprio; acima deste limite e até Cr\$ 750 milhões há exigência de projeto sumário; para financiamentos superiores a Cr\$ 750 milhões o FIPEME exige projeto detalhado, de acordo com o roteiro do próprio BNDE. Nas três hipóteses, os roteiros adequados são fornecidos pelo BNDE/FIPEME.

11. Agentes Financeiros

BNDE, Bancos regionais e estaduais de desenvolvimento e companhias de desenvolvimento.

B — FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO — FUNTEC

1. Atos Normativos

Resolução n.º 146/64, do Conselho de Administração do BNDE, e Resoluções posteriores.

2. Natureza dos Recursos

Os recursos do FUNTEC são oriundos do Orçamento do BNDE, fixados para aplicação em cada período anual, constando de uma parte fixa, com um teto de Cr\$ 5 bilhões, a ser atingido em quatro anos a partir de 1964, e de uma parte variável, correspondente a 1% do saldo operacional anual a partir de 1968.

3. Finalidade do Financiamento

São considerados merecedores de apoio financeiro do FUNTEC:

— no setor de ensino: realização de Cursos de Pós-Graduação para formação de Mestres e Doutores em Ciências e, em casos excepcionais, para formação de técnicos industriais de nível médio e de engenheiros de operação;

— no setor de pesquisas técnico-científicas: realização de programas, projetos-piloto e experimentações técnicas e científicas no campo das in-

dústrias básicas; pesquisas agropecuárias; elaboração de Normas Técnicas brasileiras para as indústrias básicas. O FUNTEC considera como modalidades operacionais: a) o custeio direto para pessoal técnico e administrativo dos programas de ensino e pesquisas; b) a "cessão em comodato" de equipamentos didáticos e para laboratório, bem como de publicações especializadas para bibliotecas; c) quando possível, financiamento restituível ou participação societária.

4. Beneficiários

Instituições devidamente habilitadas, a juízo do BNDE, no tocante aos programas de ensino; instituições habilitadas e pessoas físicas e jurídicas nos casos de pesquisas e experimentações tecnológicas.

5. Enquadramento

No setor de ensino, realização de cursos relativos às: I) ciências básicas (matemática, física e química); II) ciências aplicadas (engenharia civil, agrônômica, química, metalúrgica e ciências dos materiais, mecânica, da eletricidade e geologia); III) ciências sociais (economia, estatística e administração); IV) ciências biológicas (medicina, veterinária); V) formação de técnicos industriais de nível médio e de engenheiros de operação.

No setor de pesquisas técnico-científicas: I) realização de programas, projetos-piloto e experimentações técnicas e científicas no campo das indústrias básicas, que tenham por objetivo facilitar a absorção de tecnologia pela indústria nacional, bem como adotar, ajustar, condicionar processos e técnicas de produção industrial às peculiaridades da indústria brasileira e, ainda, desenvolver e aperfeiçoar pro-

cessos e técnicas de produção industrial que visem ao aproveitamento de recursos naturais do País; II) elaboração de Normas Técnicas brasileiras para as indústrias básicas, em particular para indústrias de construção mecânica; III) pesquisas agropecuárias.

6. Limite das Operações

O limite percentual das operações de crédito à conta do FUNTEC é de até 60% do orçamento global de cada programa específico, sendo indeterminado o montante máximo das operações.

7. Prazo para Resgate e Carência

Ensino: não há resgate, a não ser na hipótese de o FUNTEC custear a realização de obras imprescindíveis à efetivação dos programas.

Pesquisas: o prazo é fixado em cada caso, podendo não haver resgate, a critério do Banco. O apoio do FUNTEC é ressarcido no todo, ou em parte, mediante a vinculação de parcela dos "royalties" que venham a ser percebidos em consequência do resultado da pesquisa.

8. Juros e Encargos

Fixados em cada caso, conforme as observações do item precedente.

9. Garantias Exigidas

As usuais no caso de empréstimo reembolsável. Para as operações destinadas a custear pesquisas e experimentações tecnológicas exige-se a vinculação de parcelas dos "royalties" que venham a ser percebidos em consequência do resultado da pesquisa.

10. Exigência de Projeto

É exigido projeto com ampla justificativa da parte técnica e informações sobre a situação jurídica do postulante, bem como prova da existência dos recursos provenientes de outras fontes.

11. Agente Financeiro

Sòmente o BNDE.

C — FUNDO DE FINANCIAMENTO DE ESTUDOS DE PROJETOS E PROGRAMAS — FINEP

1. Atos Normativos

Decreto n.º 55.820, de 8.3.65.

2. Natureza dos Recursos

BNDE, USAID e BID.

3. Finalidade do Financiamento

Elaboração de projetos e programas de desenvolvimento econômico.

4. Beneficiários

Empresas privadas, Estados, Municípios e Entidades públicas.

5. Enquadramento

A classificação de setores enquadráveis nas operações do FINEP embora detalhada não é exaustiva, incluindo: a) indústria e mineração (química, alimentação, metalurgia, papel e celulose, mecânica, materiais de construção etc); b) agricultura e abastecimento; c) transporte; d) educação.

6. Limite das Operações

Os financiamentos à conta do FINEP têm o limite mínimo de 60% e máximo de 90% do custo do projeto, cabendo ao BNDE financiar, no mínimo, 20% desse total. O montante máximo do empréstimo é de Cr\$ 200 milhões ou US\$ 250 mil; para operações acima desses valores torna-se obrigatória consulta à USAID ou ao BID.

7. Prazo para Resgate e Carência

Até 10 anos, incluindo prazo de carência de até 1 ano, para elaboração de

estudo e para a tramitação interna nas agências de financiamento, respeitada uma prestação trimestral mínima de Cr\$ 300 mil. Em caso de aprovação de financiamento ao projeto elaborado, o reembolso total ao FINEP será de 30 dias após a contratação do financiamento efetuado.

8. Juros e Encargos

12% ao ano de juros, mais correção monetária de até 14% ao ano. São ainda cobradas Comissão de Abertura de 1% sobre o financiamento concedido, paga na contratação, e Taxa de Fiscalização de 0,25% por semestre, sobre o saldo devedor.

9. Garantias Exigidas

Alternativa ou cumulativamente, fiança bancária ou pessoal, e/ou hipoteca e/ou penhor industrial, e/ou caução de títulos.

10. Exigência de Projeto

Um pré-estudo, para determinar a viabilidade inicial, com as principais características do empreendimento. A Secretaria Executiva do FINEP funciona junto ao MINIPLAN.

11. Agentes Financeiros

BNDE, Bancos regionais e estaduais de desenvolvimento e companhias de desenvolvimento.